

Cidade, para que te queremos?

As comunidades locais vivem momentos profundos de transformação. A construção como forma de dar resposta às necessidades das pessoas, deu-se um processo de crise do funcionamento e utilização desses espaços. Falhou o planeamento e a escala humana nas intervenções dando lugar a aglomerados urbanos com espaços inutilizados e demasiadas pessoas que não usufruem desses investimentos públicos. Tem-se dado o abandono como consequência primeira e o alastrar de uma mancha de mercantilização dos espaços públicos e privados como fenómeno posterior – foi assim em Lisboa e no Porto, mas antes em Detroit, Berlim e Barcelona. Mercantilizam-se paredes e fachadas de edifícios, praças e ruas, um qualquer quarto num apartamento, ou mesmo todo o prédio, o bairro, zonas inteiras de uma cidade, a própria cidade e a vida das pessoas que ainda lá conseguem viver.

O problema, no anterior paradigma, não foi o da construção de infraestruturas várias, esse investimento foi e é necessário para espaços e conexões para todos e todas. O que está na base deste problema é a lógica da construção pela construção : a régua e o esquadro, as topografias e o urbanismo de gabinete garantem pouca proximidade, inclusão e adequação.

Se é mais difícil e moroso o processo de construção de uma cidade inclusiva e participativa, nomeadamente na definição dos seus espaços públicos, sistema de habitação, mobilidade e transportes, educação e emprego, a verdade é que essa morosidade e planeamento correspondem a espaços que além da aplicação de cimento e da criação de postos de trabalho acarretam em si vivência e participação ainda antes de serem construídos. Estão já aí a construir cidade, criam laços, comunidade, capacidade de trabalho e síntese de espaços comuns privilegiando relações não mercantis. Incluem habitantes, mas também visitantes, trabalhadores e atraem mais e novas pessoas para um caldo de diversidade.

É urgente a alteração do paradigma. Reaprender a participação, a comunidade e o espaço público como espaço de encontro e confronto. Aprender o direito à habitação em detrimento do direito à propriedade, repensar o aproximar de mais e novos habitantes que garantam espaços de troca imaterial e material, de proximidade e de subsistência digna e multidimensional são a prioridade num novo modelo.

Neste reinventar, os espaços da cidade e a sua adequação a outras lógicas distintas das do capital, são preponderantes. A monofuncionalização da cidade e das suas pessoas, reproduz uma lógica capitalista, mercantilista e como não poderia deixar de ser, elitista e excludente em diversas frentes. A participação na cidade cinge-se ao trabalho precário que se oferece como salvação para uma permanência associada a um qualquer fenómeno, fosse a indústria ou sejam os serviços, em que a opção de escolha não se coloca. A fraca mobilidade entre espaços que retiram tempo e espaço de ócio – espaço e tempo para vivência da cidade - não é repensada e é frequentemente ameaçada pela privatização. Os

espaços de encontro são maioritariamente comerciais e têm uma marca cultural de exclusão invisível, sendo ainda – e apesar disso – fomentados e acariciados por uma franja da população privilegiada, pelos poderes públicos e pela narrativa dominante como espaços vivos e com vida. Com tudo isto, o espaço público, antes abandonado, é agora de novo comercializado e a lógica mantém-se e reproduz-se : investimento sem plano, sem inclusão de quem habita, comercializando e segregando aos poucos – e cada vez mais repentinamente - até que outra crise se instale e com ela novos abandonos, mais exclusões e menos capacidade de resposta. A insustentabilidade, a extração rentista, mas acima de tudo a extração da capacidade humana como forma de levar a vida e fazer vida mantém-se e aprofunda-se. A nível privado, mas principalmente a nível das políticas públicas, sobressai nestes tempos que nada aprendemos com a desindustrialização de que ainda sofremos.

Neste contexto de acentuado e crescente desequilíbrio, a intervenção pública tem um papel ainda mais preponderante. Numa mudança de paradigma, que há muito reclama quem pensa a cidade, só o poder público local pode refrear o instinto voraz do mercado. Uma abordagem que permita a recuperação do “espaço entre as pessoas”, quer limitando a possibilidade agora infinita e desenfreada de mercantilização de todos os espaços e esferas de uma cidade; quer repensando urbanisticamente os espaços arquitectónicos excludentes e hierárquicos que nos conformam; quer desenvolvendo formas concretas e eficazes de apoiar e desenvolver projetos coletivos locais; quer pensando políticas de apoio que atraiam moradores que já saíram; quer colocando os anteriores espaços de cimento à disposição para que organicamente outras formas, outras forças e outras lógicas cresçam dos encontros que de aí surjam.

Arrisque-se, portanto, pedir a cidade que queremos, com a força da ideia de que a democracia, a participação, a igualdade e a gestão pública são a lógica que mata os fantasmas do passado e os espectros do futuro.

Maria Manuel Rola